

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2025 FME****PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E MESÁRIOS PARA ATENDIMENTO A EVENTOS RECREATIVOS E ESCOLARES, BEM COMO COMPETIÇÕES ESPORTIVAS ESTADUAIS, REGIONAIS E MUNICIPAIS, PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ****DECISÃO À IMPUGNAÇÃO**

Trata-se de pedido de impugnação de AMONDI NEGÓCIOS PÚBLICOS LTDA (CNPJ nº 21.985.974/0001-41) ao Edital de Pregão Eletrônico nº 47/2025 FME, com fundamento no artigo 164, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Em seu pedido, a Impugnante argui que o edital adota exigência que prejudica sobremaneira o caráter competitivo da licitação:

*Ocorre que, em análise ao instrumento convocatório, foram verificadas algumas irregularidades completamente em descompasso com o que dispõe a lei de licitações e a jurisprudência dominante sobre o tema. Mais especificamente, no tocante à qualificação-técnica do Edital, considerando que a exigência de comprovação de fornecimento de árbitros “nível FIFA/Internacional e confederado/Nacional” fere amplamente os princípios norteadores da administração pública.*

Cita doutrina e jurisprudência a respeito da matéria.

É o relato.

Sem razão a Impugnante em seus argumentos.

Em consulta à Fundação Municipal de Esportes acerca da necessidade de inclusão da qualificação técnica:

[...]

9.2.5. Quanto à Qualificação Técnica:

[...]

*b) Atestado de capacidade técnica para comprovação de que o licitante participante fornece ou forneceu, sem restrição, serviços de arbitragem com árbitros nível FIFA/Internacional e confederado/Nacional, contendo nome dos árbitros Fifa/Internacional e Confederado/ Nacional, data do serviço prestado, quantidade de jogos e súmulas dos jogos que comprovem tais serviços nos últimos 12 (doze) meses, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por responsável da área, com nome legível.*

[...]

Houve resposta salientando que a inclusão da qualificação técnica tem por objetivo principal resguardar a segurança dos eventos.

Que em edições passadas a atuação de árbitros sem a qualificação técnica exigida, resultou em conflitos excessos e decisões controversas, que culminaram em casos lamentáveis de agressões físicas e verbais entre atletas e membros da arbitragem:



*A exigência constante do item 9.2.5, alínea “b”, do Instrumento Convocatório, bem como do item 12 do Termo de Referência, referente à comprovação de que a empresa “fornece ou forneceu, sem restrição, serviços de arbitragem com árbitros nível FIFA/Internacional e Confederado/Nacional”, decorre da necessidade técnica intrínseca ao objeto da contratação, bem como da experiência prática já vivenciada pelo Município de Timbó em eventos anteriores.*

*As competições esportivas organizadas por esta Fundação Municipal, muitas delas de âmbito regional e estadual, contam com a participação de atletas federados e de alto rendimento, demandando, portanto, arbitragem com conhecimento técnico especializado e padrão de atuação compatível com as normativas e regulamentos esportivos reconhecidos nacional e internacionalmente.*

*Ressalta-se que, em edições anteriores, a contratação de arbitragem com nível técnico inferior não atendeu às expectativas mínimas necessárias, resultando em inúmeros episódios de conflitos, excessos e decisões controversas, culminando inclusive em casos lamentáveis de agressões físicas e verbais entre atletas e membros da equipe de arbitragem.*

*Tais episódios foram formalmente registrados e relatados aos organizadores, evidenciando que a ausência de árbitros capacitados, vinculados às entidades de administração do desporto e dotados de sólida formação técnica, compromete a lisura e segurança dos eventos, bem como a própria integridade física dos participantes.*

*Portanto, a exigência ora impugnada não se trata de uma formalidade desprovida de fundamento, tampouco de uma medida destinada a restringir indevidamente a competição, mas sim de um critério indispensável para garantir a adequada execução do objeto contratual*

Assim, considerando que o requisito de habilitação tem por fundamento principal preservar e resguardar a integridade física e psíquica de árbitros, atletas, dirigentes e torcedores, não observo qualquer prejuízo ao caráter competitivo da licitação.

Ainda mais se considerarmos o disposto no artigo 11, I, da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021:

*Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*

*I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;*

Desta forma, considerando que o Edital está em consonância com o disposto na Lei Federal 14.133/2021, INDEFIRO o pedido de impugnação apresentado por AMONDI NEGÓCIOS PÚBLICOS LTDA ao Edital de Pregão Eletrônico nº 47/2025 FME.

Timbó, 05 de junho de 2025.

**JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS**  
Pregoeiro